

Do autor:

PIERRE BOURDIEU

A Dominação Masculina

Liure-Troca: Diálogos entre Ciência e Arte

Meditações Pascalianas

Sobre o autor:

O PODER SIMBÓLICO

Trabalhar com Bourdieu

15ª EDIÇÃO

Tradução de
Fernando Tomaz



CAPÍTULO I

Sobre o poder simbólico

Este texto, nascido de uma tentativa para apresentar o balanço de um conjunto de pesquisas sobre o simbolismo numa situação escolar de tipo particular, a da conferência numa universidade estrangeira (Chicago/Abril de 1973), não deve ser lido como uma história, mesmo escolar, das teorias do simbolismo, nem sobretudo como uma espécie de reconstrução pseudo-hegeliana do caminho que teria conduzido, por superações sucessivas, à «teoria final».

Se «a imigração das ideias», como diz Marx, raramente se faz sem dano, é porque ela separa as produções culturais do sistema de referências teóricas em relação às quais as ideias se definiram, consciente ou inconscientemente, quer dizer, do campo de produção balizado por nomes próprios ou por conceitos em *-ismo* para cuja definição elas contribuem menos do que ele as define. Por isso, as situações de «imigração» impõem com uma força especial que se torne visível o horizonte de referência o qual, nas situações correntes, pode permanecer em estado implícito. Embora seja escusado dizer que *reparar* este produto de exportação implica riscos graves de ingenuidade e de simplificação — e também grandes inconvenientes, pois fornece um instrumento de objectivação.

No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que — sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de «círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma» — é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só

pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não que-rem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem*.

1. Os «sistemas simbólicos» (arte, religião, língua) como estruturas estruturantes

A tradição neo-kantiana (Humboldt-Cassirer ou, na variante americana, Sapir-Whorf para a linguagem) trata os diferentes universos simbólicos, mito, língua, arte, ciência, como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objectos, como «formas simbólicas», reconhecendo, como nota Marx (*Textos sobre Feuerbach*), o «aspecto activo» do mundo. Na mesma linha, mas com uma intenção mais propriamente histórica, Panofsky trata a perspectiva como uma *forma histórica*, sem todavia ir até à reconstrução sistemática das suas *condições sociais* de produção.

Durkheim inscreve-se explicitamente na tradição Kantiana. Todavia, porque quer dar uma resposta «positiva» e «empírica» ao problema do conhecimento evitando a alternativa do apriorismo e do empirismo, lança os fundamentos do *sociologia das formas simbólicas* (Cassirer dirá expressamente que ele utiliza o conceito de «forma simbólica» como equivalente a «forma de classificação») ¹. Com Durkheim, as formas de classificação deixam de ser formas universais (transcendentais) para se tornarem (como implicitamente em Panofsky) em *formas sociais*, quer dizer, arbitrárias (relativas a um grupo particular) e socialmente determinadas ².

Nesta tradição idealista, a objectividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjectividades estruturantes (senso = consenso)***.

¹ Ernst Cassirer, *The Myth of the State*, New Haven, Yale University Press, 1946, p. 16.

² Pensamos no sentido etimológico de *kategorien*, como lembra Heidegger: «acusar publicamente» e, ainda, na terminologia do parentesco, exemplo, por excelência, de categorias sociais (termos de tratamento).

* Cf. esquema na p. 16.

** «sensus = consensus», no texto original (N. T.).

2. Os «sistemas simbólicos» como estruturas estruturadas (*passíveis de uma análise estrutural*).

A análise estrutural constitui o instrumento metodológico que permite realizar a ambição neo-kantiana de apreender a lógica específica de cada uma das «formas simbólicas»: procedendo, segundo o desejo de Schelling, a uma leitura propriamente *tautegórica* (por oposição a *alegórica*) que não refere o mito a algo de diferente dele mesmo, a análise estrutural tem em vista isolar a estrutura imanente a cada produção simbólica. Mas, de modo diferente da tradição neo-kantiana que insiste no *modus operandi*, na actividade produtora da consciência, a tradição estruturalista privilegia o *opus operatum*, as estruturas estruturadas. É o que se vê bem na representação que Saussure, o fundador desta tradição, fornece da língua: sistema estruturado, a língua é fundamentalmente tratada como condição de inteligibilidade da palavra, como intermediário estruturado que se deve construir para se explicar a relação constante entre o som e o sentido. (Panofsky — e todo o aspecto da sua obra que tem em mira isolar as estruturas profundas das obras de arte —, pela oposição que estabelece entre a iconologia e a iconografia e que é o equivalente exacto da oposição entre a fonologia e a fonética, situa-se nesta tradição).

Primeira síntese

Os «sistemas simbólicos», como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que rende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, «uma concepção homogénea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências». Durkheim — ou, depois dele, Radcliffe-Brown, que faz assentar a «solidariedade social» no

facto de participar num sistema simbólico — tem o mérito de designar explicitamente a *função social* (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da «integração social»: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração «lógica» é a condição da integração «moral»³.

3. As produções simbólicas como instrumentos de dominação

A tradição marxista privilegia as *funções políticas* das «sistemas simbólicos» em detrimento da sua estrutura lógica e da sua função gnoseológica (ainda que Engels fale de «expressão sistemática» a respeito do direito); este funcionalismo — que nada tem de comum com o estruturo-funcionalismo à maneira de Durkheim ou de Radcliffe-Brown — explica as produções simbólicas relacionando-as com os interesses da classe dominante. As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-as de outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo

³ A tradição neo-fenomenológica (Schütz, Peter Berger) e certas formas de etnometodologia aceitam os mesmos pressupostos apenas por omitirem a questão das condições sociais de possibilidade da *experientia obiecta* (Husserl) do mundo — e, em particular, do mundo social — quer dizer, a experiência do mundo social como evidente (*taken for granted*, como diz Schütz).

a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Segunda síntese

Contra todas as formas do erro «interaccionista» o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *portatib*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a «domesticação dos dominados».

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais⁴. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a

⁴ As tomadas de posição ideológica dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar *dentro* da classe e *fora* da classe a crença na legitimidade da dominação da classe.

tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor — e mesmo de inculcar — instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários — embora ignorados como tais — da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital económico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fracção dominada (lerrados ou «intelectuais» e «artistas», segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.

4. *Os sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima — e por meio dessa luta —, sendo instrumentos de dominação estruturantes pois que estão estruturados, reproduzem sob forma irrecognível, por intermédio da homologia entre o campo de produção ideológica e o campo das classes sociais, a estrutura do campo das classes sociais.*

Os «sistemas simbólicos» distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de *especialistas* e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autónomo: a história da transformação do mito em religião (ideologia) não se pode separar da história da construção de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos religiosos, quer dizer, do

progresso da *divisão do trabalho religioso*, que é, ele próprio, uma dimensão do progresso da divisão do trabalho social, porquanto, da divisão em classes e que conduz, entre outras consequências, a que *se desaporem* os laços dos instrumentos de produção simbólica⁵.

As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação, quer dizer, às funções que elas cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada (religiosa, artística, etc.) e, em segundo lugar e por acréscimo, para os não-especialistas. Ter presente que as ideologias são sempre *duplamente determinadas*, — que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das fracções de classe que elas exprimem (função de sociodiceia), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (comumente transfigurado em ideologia da «criação» e do «criador») — é possuir o meio de evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que eles servem (efeito de «curto-circuito» frequente na crítica «marxista») sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades auto-suficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiólogia)⁶.

A função propriamente ideológica do campo de produção ideológica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo da luta das classes. A homologia entre os dois campos faz com que as lutas por aquilo que está especificamente em

⁵ A existência de um campo de produção especializado é condição do aparecimento de uma luta entre a ortodoxia e a heterodoxia as quais têm de comum o distinguem-se da *doxa*, quer dizer, do indiscutido.

⁶ É evitar também o etnolismo (visível em especial na análise do pensamento arcaico) que consiste em tratar as ideologias como mitos, quer dizer, como produtos indiferenciados de um trabalho colectivo, passando assim em silêncio tudo o que elas devem às características do campo de produção (V. G., na tradição grega, as reinterpretações esotéricas das tradições míticas).

jogo no campo autónomo produzam automaticamente formas *enfimizadas* das lutas económicas e políticas entre as classes: é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustadas às estruturas sociais. O facto de a correspondência não se efectuar senão de sistema a sistema esconde, tanto aos olhos dos próprios produtores de sistema a sistema, quanto aos olhos dos sistemas de classificação internos reproduzem em forma irreconhecível as taxinomias directamente políticas e que a axiomática específica de cada campo especializado é a forma transformada (em conformidade com as leis específicas do campo) dos princípios fundamentais da divisão do trabalho (por exemplo, o sistema de classificação universitário que mobiliza em forma irreconhecível as divisões objectivas da estrutura social e especialmente a divisão do trabalho — teórico e prático — converte propriedades sociais em propriedades de ordem natural). O efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação).

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force» mas que se define numa relação determinada — e por meio desta — entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se

reproduz a *crença*⁷. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legítima, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *enfimização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer* a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia⁸.

⁷ Os símbolos do poder (traço, ceptro, etc.) são apenas capital simbólico *objectivado* e a sua eficácia está sujeita às mesmas condições.

⁸ A destruição deste poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento supõe a *tomada de consciência* do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objectiva e o aniquilamento da crença: é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da *doxa*, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas.

* «méconnaître-reconnaître» no texto original (N. T.).